

## Temer indica Raquel Dodge, segunda colocada em votação, para PGR

A subprocuradora-geral da República Raquel Dodge foi o nome escolhido pelo presidente Michel Temer (PMDB) para assumir o comando da Procuradoria-Geral da República no lugar de Rodrigo Janot, a partir de setembro. Primeira mulher a ser indicada para a vaga, ela ficou em segundo lugar na lista tríplice organizada pela entidade que representa membros do Ministério Público Federal — desde 2003, é a primeira vez que o primeiro colocado não é escolhido.

O nome ainda precisa passar por aprovação do Senado. O [candidato mais votado, Nicolao Dino](#), foi visto no Planalto como muito próximo a Janot. Vice-procurador-geral eleitoral, ele representou o Ministério Público na [cassação da chapa Dilma-Temer](#) e é irmão do governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB).

Associação Nacional dos Procuradores da República / ANPR



Raquel Dodge é mestre pela Universidade Harvard e coordenou 2ª Câmara de Coordenação do MPF (criminal).  
ANPR

Raquel recebeu 587 votos na consulta da Associação Nacional dos Procuradores da República, ante 621 de Nicolao e 564 de Mario Bonsaglia. Neste ano, no Conselho Superior do MPF, ela foi criticada por Janot ao [defender critérios no recrutamento de procuradores](#) a forças-tarefas, grupos de trabalho e assessorias no gabinete da PGR, para não desfalcar procuradorias locais.

Bacharel em Direito pela UnB e mestre em Direito pela Universidade Harvard, a subprocuradora já havia disputado a vaga em 2015, quando ficou em terceiro lugar. Ingressou no MPF em 1987, atuou nos processos do “mensalão do DEM” no Distrito Federal e hoje é membro suplente da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, responsável por temas envolvendo consumidor e defesa da ordem econômica.

Ela também integrou a 6ª Câmara (populações indígenas e comunidades tradicionais), na época de sua implantação, e comandou a 2ª Câmara (criminal) até 2014, período em que o MPF passou a investir em ações penais contra [agentes de repressão no regime militar](#).



Em [entrevista à ConJur](#), Raquel afirmou que o MPF deve não só “debelar” esquemas de corrupção como também cuidar de políticas públicas e atuar contra o chamado custo Brasil — entraves estruturais e econômicos do país. “Ninguém deve estar imune à lei penal, caso cometa alguma infração; e ninguém deve ficar privado de serviços públicos essenciais.”

Afirmou ainda que, se escolhida, pediria para o Congresso repassar ao próprio MPF a gestão de recursos para fiscalização das eleições, juntamente com MPs estaduais. Hoje, as verbas são transferidas do orçamento do Judiciário.

Em 2015, durante evento em Brasília, Raquel Dodge afirmou que aplicar penas idênticas a traficantes com quantidades muito diferentes de uma mesma droga sugere “elevado grau de autonomia judicial”.

*\* Texto atualizado às 20h25 do dia 28/6/2017, para acréscimo de informações.*

**Date Created**

28/06/2017